

Identificada, prevista no art. 62-A, da Lei nº 8.112, de 11.12.1990, introduzido pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 04.09.2001, incorporada nos termos do art. 3º da Lei nº 8.911, de 11.07.1994, observando-se, ainda, o art. 28 da Lei nº 11.416, de 15.12.2006, em sua redação dada pela Lei nº 12.774, de 28.12.2012, e o art. 37, inciso XI, da Constituição da República.

REIS FRIEDE

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

ATO Nº 164, DE 23 DE ABRIL DE 2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 0000720-04.2019.4.04.8002, resolve:

Conceder APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA com proventos integrais, a teor do disposto no artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/05, ao servidor JORGE AMADO PRESTES RODRIGUES, Analista Judiciário, Área Administrativa, Sem Especialidade, Nível Superior, Classe C, Padrão 13, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal da Seção Judiciária de Santa Catarina, com a Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada, prevista no artigo 62-A da Lei nº 8.112/90, dispositivo acrescentado pelo artigo 3º da Medida Provisória nº 2.225-45/01, incorporada nos termos do artigo 3º da Lei nº 8.911/94, observado o teto constitucional previsto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal de 1988, combinado com o artigo 8º da Emenda Constitucional nº 41/03.

CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 65, DE 10 DE ABRIL DE 2019

A DESEMBARGADORA REGINA CÉLIA FERRARI LONGUINI, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 19, incisos LV e LVII, do Regimento Interno, CONSIDERANDO o disposto no artigo 37 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, assim como nos artigos 28 da Resolução TSE n. 22.660, de 13 de dezembro de 2007, e 27, inciso II, da Resolução TSE n. 23.563, de 12 de dezembro de 2018; CONSIDERANDO, ainda, o que consta do Processo SEI n. 0000528-93.2019.6.01.8000, resolve:

Art. 1º Redistribuir, por reciprocidade, o cargo de Técnico Judiciário - Área Administrativa, do quadro de pessoal permanente deste Tribunal Regional Eleitoral do Acre, ocupado pela servidora RUDMA ROSA OLIVEIRA COSTA, com o CARGO VAGO, de mesma denominação, do quadro de pessoal permanente do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

Art. 2º Determinar a publicação deste ato na forma do artigo 40 da Resolução TSE n. 23.563, de 12 de dezembro de 2018.

REGINA CÉLIA FERRARI LONGUINI

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PORTARIA Nº 139, DE 22 DE ABRIL DE 2019

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, no uso de suas atribuições e tendo em vista o constante no Processo Administrativo Digital nº 14619/2018, resolve:
Retificar o artigo 2º, da Portaria nº 74/2019, publicada no Diário Oficial da União de 22/4/2019: onde se lê "o prazo de 10 (dez) dias de trânsito", leia-se "o prazo de 20 (vinte) dias de trânsito".

Des. JATAHY JÚNIOR

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS

PORTARIA Nº 90, DE 26 DE ABRIL DE 2019

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS, no uso das atribuições conferidas pelo art. 15, inciso XXI, do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução TRE/GO nº 298, de 18 de outubro de 2018), resolve:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) efetivo(a) deste Tribunal MARCUS FLÁVIO NOLÉTO JUBÉ, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do exercício do Cargo Comissionado (CJ-02) de Coordenador de Análises Técnicas e Pagamento.

Art. 2º Nomear o(a) servidor(a) removido(a) para este Tribunal LUÍS GUSTAVO DO LAGO QUINTEIRO, Analista Judiciário, Área Administrativa, Especialidade: Contabilidade, para o exercício do Cargo Comissionado (CJ-02) de Coordenador de Análises Técnicas e Pagamento.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 13 de maio de 2019.

Des. ZACARIAS NEVES COÊLHO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 71, DE 26 DE ABRIL DE 2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º Designar CARLOS SANDRO RAMOS DA CRUZ, requisitado para prestar serviços a este Tribunal, nos termos da Lei nº 6.999/82, para exercer a Função Comissionada de Assistente I, nível FC-01, na 196ª Zona Eleitoral, de Novo Cruzeiro, nos termos do Doc. nº 074983/2019, do Processo Administrativo Digital nº 1904211/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 27/3/2019.

Des. PEDRO BERNARDES

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

PORTARIA Nº 18.629, DE 24 DE ABRIL DE 2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e à vista do contido no Processo Administrativo Eletrônico nº 0004538-08.2019.6.14.8005, resolve:

Art. 1º Designar o servidor JURANDIR DOS SANTOS PINHEIRO, Técnico Judiciário da Área Administrativa do Quadro de Pessoal Permanente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, removido para este Tribunal, para exercer a Função Comissionada de Assistente I, nível FC-1, da 05ª Zona Eleitoral, sediada no município de Igarapé-Açu, com fulcro na Lei nº 13.150/2015, e no § 1º, do art. 4º, da Resolução TSE nº 23.448/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO GONCALVES DE MOURA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

PORTARIA Nº 322, DE 23 DE ABRIL DE 2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 23, inciso XXX, do Regimento Interno deste Tribunal, e considerando o contido no Processo Administrativo Digital nº 4951/2019, resolve:

Designar o servidor FABIANO RIBEIRO DA SILVA, ocupante do cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para exercer a função comissionada de Assistente I do Cartório da 167ª Zona Eleitoral de ORTIGUEIRA, FC-1, a partir da data da publicação.

Des. GILBERTO FERREIRA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

PORTARIA Nº 223, DE 23 DE ABRIL DE 2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, no exercício de suas atribuições descritas no art. 14 do Regimento Interno deste Tribunal, e considerando os elementos contidos no Processo n. SEI 0001601-57.2015.6.22.8000, resolve:

Redistribuir para o Tribunal Regional Eleitoral do Acre, com fulcro no art. 37 da Lei n. 8.112/90, e nas regras contidas na Resolução TSE n. 23.563/18 e Resolução CNJ n. 146/12, o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal, criado pela Lei n. 8.868/94, cuja vacância foi decorrente da aposentadoria da servidora Margareth Prezotto Iankowski, em 29 de junho de 2018, formalizada por intermédio da Portaria n. 465/2018, publicada no DOU n. 124, de 29 de junho de 2018, recebendo por reciprocidade o cargo de idêntica denominação, ocupado pela servidora RUDMA ROSA OLIVEIRA COSTA, daquele Tribunal, com fundamento no art. 28, da Resolução TSE n. 22.660/2007 e 27, II, da Resolução TSE n. 23.563/2018, com efeitos a partir de 1º de maio de 2019.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Des. SANSÃO BATISTA SALDANHA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 86, DE 25 DE ABRIL DE 2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO, no uso das atribuições regimentais e considerando o que consta do PAD nº 2.917/2019, resolve:

Art. 1º Conceder aposentadoria por invalidez, com proventos integrais, ao servidor Rodolfo Santos Oliveira, com fundamento no art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição da República, com a redação dada pela Emenda Constitucional 41, de 19 de dezembro de 2003, c.c. o art. 186, inciso I e §§ 1º e 3º, da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 2º Conceder isenção de Imposto de Renda com fundamento no art. 6º, inciso XIV, da Lei 7.713, de 22 de dezembro de 1988, com a redação dada pela Lei 11.052, de 29 de dezembro de 2004 e isenção parcial de contribuição previdenciária, nos termos do art. 40, § 21, da Constituição da República.

Art. 3º Declarar vago, nos termos do art. 33, inciso VII, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, o cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Classe C, Padrão 13, criado pela Lei n. 10.842, de 20 de fevereiro de 2004, do quadro de pessoal deste Tribunal.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS EDUARDO CAUDURO PADIN

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 722, DE 15 DE ABRIL DE 2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal e tendo em vista o contido no PA Nº 1020863/2019, resolve:

Art. 1º Designar GIRLENE COSTA FALCÃO DE CARVALHO, matrícula N. 318.537, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para exercer a Função Comissionada, FC-03, de Assistente da 17ª Vara Cível da Circunscrição Judiciária de Brasília, ficando dispensada JUNIA CELIA NICOLA, matrícula N. 310.917, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ROMÃO C. OLIVEIRA

PORTARIA Nº 750, DE 25 DE ABRIL DE 2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal e tendo em vista o contido no PA Nº 1022308/2019, resolve:

Art. 1º Dispensar ALINE SETTE BRUGGEMANN, matrícula N. 319.506, Analista Judiciário, Área Judiciária, do Quadro de Pessoal deste Tribunal da Função Comissionada, FC-05, de Oficial de Gabinete destinada ao Secretario do Juiz do Tribunal do Júri da Circunscrição Judiciária do Paranoá.

Art. 2º Designar o Bacharel em Direito, CESAR GANDHI BARROS TAVARES, matrícula N. 316.321, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para exercer a Função Comissionada, FC-05, de Oficial de Gabinete destinada ao Secretario do Juiz do Tribunal do Júri da Circunscrição Judiciária do Paranoá, ficando dispensado da Função Comissionada, FC-05, de Oficial de Gabinete destinada ao Substituto do Diretor da 1ª Vara Criminal da Circunscrição Judiciária do Paranoá.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ROMÃO C. OLIVEIRA

PORTARIA Nº 751, DE 25 DE ABRIL DE 2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal e tendo em vista o contido no PA Nº 1021076/2019, resolve:

Art. 1º Designar a Bacharel em Direito, SIMONE DE SOUSA TORRES, matrícula N. 318.211, Analista Judiciário, Área Judiciária, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para exercer a Função Comissionada, FC-05, de Oficial de Gabinete, destinada ao Substituto do Diretor de Secretaria da Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões da Circunscrição Judiciária do Núcleo Bandeirante.

Art. 2º Designar IARA DE ÁVILA FIGUEIREDO, matrícula N. 316.180, Analista Judiciário, Área Judiciária, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para exercer a Função Comissionada, FC-01, de Executante da Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões da Circunscrição Judiciária do Núcleo Bandeirante.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ROMÃO C. OLIVEIRA

